

ECONOMIA

O próximo presidente precisa urgentemente de credibilidade.

Prisioneiro da inflação e condenado ao perpétuo recomeço, o Brasil é hoje um país de alto risco, afetado por crises que o podem levar à ingovernabilidade.

Na visão do cientista político Hélio Jaguaribe, autor de *Alternativas do Brasil*, do qual extraímos o texto abaixo, chegamos a uma situação em que a falta de um programa sério de reformas poderá comprometer nosso futuro por várias décadas.

O BRASIL OUTRA VEZ

NO MARCO ZERO

“O Brasil se defronta, no curto e no médio prazos, com alternativas que podem, rapidamente, desestabilizar seus sistemas social e infra-estrutural ou, ao contrário, conferir-lhes significativo fortalecimento. Dois são os desafios com que se deparará o país no período que vai do presente momento ao início do ano de 1991. O primeiro se refere à medida em que se consiga ou não controlar a inflação. O segundo diz respeito à medida em que as características, a orientação e a atuação inicial do governo que venha a ser formado pelo presidente da República eleito em 15 de novembro correspondam, ou não, às necessidades fundamentais.

O problema da inflação apresenta, para os últimos meses do governo Sarney, o desafio de, na pior das hipóteses, mantê-la sob um mínimo de controle, embora com taxas de crescimento mensal da ordem de 30%, como ocorreu no início do segundo semestre de 1989. Se esse objetivo mínimo não for conseguido, o país tenderá a resvalar para uma explosiva hiperinflação, ainda em 1989. Essa hipótese tenderá a produzir efeitos sociais catastróficos, pondo seriamente em risco as instituições democráticas.

Assumindo-se que se evite a hiperinflação até a constituição do novo governo, este terá, logo no início de seu mandato, de formular e pôr em prática uma drástica política antiinflacionária, ainda que à custa dos mais penosos sacrifícios.

O controle da inflação é uma condição necessária e prévia para o êxito do futuro governo, mas, de nenhuma maneira, é suficiente para assegurá-lo. Depois de onze anos de desgoverno, com a generalização de um profundo pessimismo, em relação ao país, e ainda maior ceticismo, com relação a seus dirigentes, uma política antiinflacionária, com os pesados sacrifícios que inevitavelmente acarretará, só será viável, nas condições do ano de 1990, à medida que for admitida, pelo país, como preparatória de uma grande política de reformas e de desenvolvimento. Para esse efeito o futuro governo deverá, de saída, ter uma composição, em seus escalões superiores – e não apenas ministeriais –, que imponha aos brasileiros ampla convicção em sua competência, seriedade e concomitante compromisso com a reforma social e a modernização. Assegurada sua credibilidade, o futuro governo disporá das condições necessárias para formular e pôr em prática um grande programa de reformas e de desenvolvimento econômico-social.

Os cenários negativos constituem possibilidades, para o Brasil, que podem vir a se materializar tanto a curto como a médio prazos e, bem mais remotamente, a longo prazo. A curto e médio prazos, o principal fator negativo é a ocorrência de uma explosiva hiperinflação, como precedentemente se mencionou. A médio

prazo, ademais do risco da hiperinflação, o outro fator que pode produzir um cenário negativo é a incapacidade, por parte do futuro governo, de equacionar corretamente os macroproblemas brasileiros e dar-lhes apropriado atendimento.

O que significam, para o Brasil, os cenários negativos, suscetíveis de ocorrerem a curto ou médio prazos? Como é evidente, qualquer tentativa de delineamento de tais cenários só tem sentido à medida que se trabalhe com prováveis macrotendências, sem nenhum intento de previsões de caráter tópico. Feita essa importante ressalva, cabe, em segundo lugar, diferenciar os cenários negativos decorrentes de uma explosiva hiperinflação desde que venham a ser provocados por situações de grave ingovernabilidade.

Uma explosiva hiperinflação, nas condições de um país como o Brasil, desencadeará, em escala nacional, o amotinamento das grandes massas, que serão levadas a assaltar os supermercados e as residências da classe-média em busca de alimentos e de atendimento de incompressíveis necessidades básicas. Tal situação acarretará a necessidade de uma violenta intervenção militar, como condição prévia para restaurar a ordem pública. Várias circunstâncias tenderão a conduzir essa intervenção a ultrapassar o âmbito das medidas compatíveis, mesmo em regime de estado de sítio, com as normas constitucionais. Acrescente-se que o conjunto de medidas financeiras, administrativas e políticas requeridas para o restabelecimento da sanidade da moeda também tenderá, ademais de muitas outras pressões, a se mostrar pouco compatível com o presente ordenamento institucional. Todas essas considerações apontam no sentido da alta probabilidade de uma ruptura institucional, como consequência de uma explosiva hiperinflação.

São bem menos previsíveis os efeitos que possam advir de tal ruptura institucional. Pode dar-se, conforme as circunstâncias do momento, que essa ruptura seja de relativamente curto prazo, contida dentro dos limites necessários para restabelecer a normalidade pública e financeira, com subsequente retorno à Constituição de 1988. Não se pode ignorar, entretanto, à medida que, uma vez interrompido o ordenamento institucional, os detentores do poder de exceção sejam levados à convicção, com o apoio de importantes setores da opinião pública, da necessidade de usá-lo para introduzir profundas reformas ao país, ou, numa hipótese mais negativa, sejam atraídos pela vontade de se perpetuar no poder, através de convenientes pretextos.

O grau de tensão atingido pela crise social do país, o grau de degradação a que foi levado o Estado, a prolongada estagnação da economia, com sério desgaste de nossa infra-estrutura econômica, que há mais de dez anos não recebe as inversões exigidas pela expan-

são da demanda, ou mesmo pela simples manutenção dos sistemas e o atraso científico-tecnológico que se vem acumulando, tudo isto está precipitando o Brasil na direção da ingovernabilidade.

Como ocorre com todos os fenômenos sociais, uma importante parte das situações de ingovernabilidade decorre das expectativas. Se não se instaurar, com a máxima urgência, uma ampla esperança, através de um grande programa de reformas sociais, de que será significativamente corrigido o perfil social do país, em prazos razoáveis, os conflitos sociais brasileiros rapidamente tenderão a deixar de ser administráveis por via consensual e democrática. Se não se adotarem, prontamente, algumas providências que recuperem, com celeridade, condições mínimas para o funcionamento do Estado, nenhuma política pública poderá ser implementada. Se não se criar a expectativa da retomada, a relativamente curto prazo, do desenvolvimento econômico, não se logrará imobilizar os investimentos privados para tal necessários e não se conseguirá, inclusive, evitar o retorno a altas taxas de inflação. Se não se formular, ainda em 1990, uma séria política de modernização do país, não se revestirão de credibilidade as promessas de reformas e de retomada do crescimento econômico.

Num quadro com tais características, os dois requisitos de governabilidade precedentemente mencionados adquirem sentido óbvio. Um novo governo tem de conquistar o espaço de sua governabilidade por sua credibilidade inicial e pela pronta demonstração de que, efetivamente, vai dar início de solução aos macroproblemas brasileiros, começando pelo controle da inflação.

Na hipótese do insatisfatório atendimento desses dois requisitos, os conflitos sociais, a impotência do Estado, a crescente deterioração de infra-estrutura, o agravamento da estagnação econômica e o atraso tecnológico tenderão a conduzir o país, rapidamente, a um estado de ingovernabilidade, que poderá ser precipitado pela antecipação da convicção, no âmbito da opinião pública, de seu inevitável advento.

Como no caso de uma explosiva hiperinflação, a ingovernabilidade se caracterizará pela concomitância de múltiplos focos de amotinação, com a deflagração de greves selvagens e a paralisação dos serviços públicos, gerando o colapso do poder civil e criando um estado de caos generalizado.

Em tal situação, duas alternativas podem ocorrer. Pode dar-se que as Forças Armadas, ou suficientes núcleos militares, conservem sua coesão interna e sua capacidade de restaurar, violentamente, a ordem pública. Em tal caso se repetirá, inicialmente, o cenário de restauração militar da ordem delineado para a hipótese de hiperinflação. Mas pode também ocorrer, depend-

dendo das características do processo que conduza à ingovernabilidade, que as Forças Armadas não preservem a coesão interna necessária para dar-lhes um eficaz poder de intervenção. Neste caso, obviamente muito mais grave, o país será arrastado para um catastrófico conflito de facções, de consequências imprevisíveis.

Na hipótese de uma eficaz intervenção militar, deve-se prever formas muito mais profundas de ruptura da ordenação institucional. As transgressões à Constituição, num quadro de hiperinflação, tendem a se revestir, predominantemente, de características operacionais. A ruptura da ordenação institucional, decorrente de uma situação de ingovernabilidade, conduzirá as Forças Armadas e as classes médias à convicção da inviabilidade do regime democrático para um país como o Brasil.

Na hipótese de um catastrófico conflito de facções, o país será conduzido a uma violenta polarização entre radicalismos de esquerda ou de direita e arrastado para soluções autoritárias de caráter comunista ou fascista.

Há duas grandes diferenças, em termos históricos-sociológicos, entre cenários negativos e cenários positivos. A primeira é a de que os cenários negativos são de caráter tópico, enquanto os positivos são de caráter sistemático. Isto significa que os cenários negativos decorrem de um evento determinado. Essa primeira diferença entre cenários negativos e positivos confere àqueles, em princípio, muito mais elevada taxa de possibilidade de ocorrência. No caso concreto do Brasil, essa taxa é fortemente ampliada pela circunstância de, numa aproximação meramente quantitativa da questão, as imensas dificuldades com que se depara o país apresentarem peso muito superior ao dos meios disponíveis para resolvê-las satisfatoriamente.

A segunda importante diferença entre cenários negativos e positivos, como precedentemente já se mencionou, consiste no fato de que os cenários negativos produzem uma degradação do sistema que afetam, enquanto, oposadamente, os cenários positivos reforçam evolutivamente o respectivo sistema. Embora seja estatisticamente mais difícil o atendimento da sucessão de requisitos que têm de ser preenchidos por um processo positivo, a satisfação de cada meta intermediária incrementa a possibilidade de satisfazer a subsequente.

Nas presentes condições institucionais e políticas do Brasil, a possibilidade de se constituir um futuro governo dotado de ampla credibilidade pública em sua competência e seriedade, efetivamente apto a formular e implementar uma eficaz política de controle da inflação, combinadamente com grandes programas de reformas e de desenvolvimento, é decisivamente condicionada pelas eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989.